



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Goianésia do Pará
CNPJ: 84.139.625/0001-29

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

1. OBJETO:

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar a Intenção de Contratação para: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO E LICENÇA DE USO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO E CONTROLE DE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade de contratação de um sistema informatizado de gestão de folha de pagamento e controle de pessoal para a Câmara Municipal de Goianésia do Pará, em consonância com os preceitos da nova Lei de Licitações nº 14.133/21.

A adoção de um sistema desse porte traz consigo inúmeros benefícios para a gestão municipal. A automatização dos processos de folha de pagamento e controle de pessoal, por exemplo, minimiza a ocorrência de erros manuais, aumentando a precisão e a confiabilidade dos dados. Além disso, a agilidade na emissão de folhas de pagamento e demais documentos relacionados ao pessoal otimiza o tempo dos servidores envolvidos no processo.

Essa integração proporciona uma gestão mais eficiente e completa das informações, facilitando a tomada de decisões. A segurança das informações dos servidores também é garantida, uma vez que os dados são armazenados de forma confidencial e íntegra.

A utilização de um sistema de gestão de folha de pagamento contribui significativamente para o cumprimento das obrigações legais, como a geração de relatórios e a emissão de documentos fiscais. Ademais, a automatização dos processos e a otimização da gestão de pessoal resultam em uma redução dos custos operacionais da Câmara.

Diante dos benefícios mencionados, a contratação do sistema se justifica pela necessidade de modernizar a gestão de pessoal da Câmara Municipal de Goianésia do Pará, aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos servidores, garantir a conformidade legal e a transparência na gestão dos recursos públicos, e reduzir custos e otimizar os processos.

A presente justificativa atende aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, demonstrando a necessidade e a pertinência da contratação do objeto em questão. Para



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Goianésia do Pará
CNPJ: 84.139.625/0001-29

complementar esta justificativa, sugere-se a realização de uma análise de custo-benefício detalhada, comparando os custos da contratação do sistema com os benefícios esperados a longo prazo.

3. DA RAZÃO DA DESPESA E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

3.1. A escolha da empresa, se dará ao fato da apresentação de proposta de Menor Valor.

3.2. Será realizada a aquisição de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO E LICENÇA DE USO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO E CONTROLE DE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO	MÊS	12	R\$ 1.752,00	R\$ 21.024,00
	O Software disponibilizará as abas e funcionalidades: Recursos Humanos (Folha de Pagamento) com Portal do Servidor e Transparência Pública de dados prevista pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).				
Valor Total:					R\$ 21.024,00

3.3. Memorial de Cálculo:

3.3.1. Para obtenção do quantitativo apresentado foi realizado um cálculo baseado no quantitativo da realidade conforme a necessidade desta Câmara.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, CONSIDERANDO A INTERDEPÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES:

4.1. A estimativa de quantitativo foi elaborada com base nas necessidades específicas da Câmara Municipal de Goianésia do Pará.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Fora realizada mediante coleta de orçamentos de mercado, conforme art. 23, da Lei nº 14.133/2021.

6. DA SIMPLIFICAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ETP:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Goianésia do Pará
CNPJ: 84.139.625/0001-29

6.1. A simplificação do estudo técnico preliminar na fase preparatória do processo licitatório, conforme estabelecido no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, é uma medida que visa otimizar o processo de contratação pública, tornando-o mais eficiente e ágil. Essa simplificação se justifica pela necessidade de adequar o planejamento da Administração às demandas do interesse público, alinhando-se ao plano de contratações anual e às leis orçamentárias.

6.2. O estudo técnico preliminar, de acordo com o referido artigo, deve apresentar elementos fundamentais para a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, destacando a descrição da necessidade, a previsão no plano de contratações anual, requisitos, estimativas de quantidades, levantamento de mercado, estimativa de valor, entre outros pontos relevantes. Contudo, a legislação supra permite a simplificação desse processo, conforme exposto no § 2º do artigo 18, ora mencionado, aos quais cita-se:

“Art. 18.

(...)

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.”

6.3. Deste modo, ao adotar uma abordagem simplificada, a Administração pode focar nos aspectos essenciais do estudo técnico preliminar, priorizando os elementos críticos para a tomada de decisão. Isso não apenas acelera o processo licitatório, mas também reduz a burocracia, proporcionando uma maior agilidade na contratação de bens e serviços necessários para atender às demandas públicas.

6.4. Em síntese, a simplificação do estudo técnico preliminar proporciona uma maior flexibilidade e agilidade à Administração Pública, sem comprometer a análise da viabilidade e a busca por resultados eficientes. Essa abordagem se alinha com a busca constante por processos mais céleres e eficazes, sem negligenciar a necessária fundamentação técnica e econômica para as contratações públicas.

7. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado em harmonia com o disposto da Portaria Municipal n.º 002/2024/CM/PA de 22 de janeiro de 2024, art. 18 da lei nº 14.133/21 e os demais aspectos normativos, onde conclui-se pela VIABILIDADE DA



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Goianésia do Pará
CNPJ: 84.139.625/0001-29

AQUISIÇÃO – uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente as demandas formuladas, devendo-se dar prosseguimento ao processo de aquisição.

Goianésia do Pará – PA, 27 de janeiro de 2025.

Emerson Santos Marinho
Diretor Legislativo
Portaria nº 003/2025-CMGP